

SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC.

Estudo Técnico Preliminar 4/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 21026.000332/2026-13

2. Descrição da necessidade

2.1. A Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso do Sul (SFA-MS) identificou a necessidade de contratar serviços de vigilância patrimonial armada para garantir a proteção do patrimônio público, a segurança dos servidores e a integridade física dos cidadãos que acessam diariamente a unidade. A sede da SFA-MS possui mais de 7.000 m², distribuídos em dois prédios, com ampla área verde e estacionamento, o que demanda vigilância contínua, controle de acesso e pronta resposta a situações de risco.

2.2. O problema identificado decorre do término do contrato atual, cuja vigência se encerra em 04/07/2026, sem possibilidade de nova prorrogação. A descontinuidade desse serviço representa risco elevado à segurança institucional, podendo resultar em danos ao patrimônio, interrupção de atividades essenciais, exposição de servidores e usuários a situações de vulnerabilidade e descumprimento de normas de segurança aplicáveis à Administração Pública.

2.3. Além disso, a prestação de serviços de vigilância armada é atividade regulamentada pela Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada) e pela Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPE, que estabelecem requisitos específicos para atuação, incluindo uso de armamento, supervisão, treinamento e controle operacional. A SFA-MS não possui estrutura própria para executar tais atividades, o que torna indispensável a contratação de empresa especializada.

2.4. Com a contratação, almeja-se:

- a) assegurar a incolumidade física de servidores, colaboradores e usuários;
- b) garantir a integridade do patrimônio público sob responsabilidade da SFA-MS;
- c) manter o controle de acesso de pessoas e veículos;
- d) assegurar a continuidade das atividades administrativas e finalísticas da unidade;
- e) cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis à segurança privada;
- f) substituir o contrato atual sem solução de continuidade, evitando riscos operacionais.

2.5. Dessa forma, a contratação é necessária, oportuna e alinhada ao interesse público, garantindo condições adequadas de segurança para o funcionamento regular da SFA-MS.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Aquisição e Logística - DIAL/CAD/SFA/MS	Mauro Shigueru Koumegawa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação deverá atender a requisitos mínimos de desempenho, qualidade, segurança e conformidade legal, de modo a garantir a prestação adequada dos serviços de vigilância patrimonial armada na sede da SFA-MS. Esses requisitos são indispensáveis para assegurar a proteção do patrimônio público, a integridade física de servidores e usuários e o cumprimento das normas que regem a atividade de segurança privada.

4.2. Requisitos técnicos mínimos do serviço.

4.2.1. Natureza do serviço.

- a) Prestação de vigilância patrimonial armada, conforme Lei nº 14.967/2024 e Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPE.
- b) Atuação exclusivamente dentro dos limites da sede da SFA-MS, com mais de 7.000 m² de área total (DFD).

- c) Execução contínua, 24 horas por dia, em regime 12x36, com postos diurnos e noturnos.
- d) Procedimentos de revista visual (sem contato físico)
- e) Procedimentos de comunicação com a PF e PM.
- f) Procedimentos de emergência, de controle de chaves e de acesso de veículos.

4.2.2. Atividades mínimas a serem executadas.

- a) Controle de acesso de pessoas e veículos.
- b) Rondas internas e externas, incluindo área verde e estacionamento.
- c) Registro de ocorrências em livro próprio.
- d) Ações preventivas e reativas para proteção do patrimônio.
- e) Acionamento de forças policiais quando necessário.
- f) Monitoramento de situações de risco e prevenção de incidentes.

4.3. Requisitos da empresa contratada.

4.3.1. A empresa deverá obrigatoriamente possuir:

- a) Autorização de funcionamento e Certificado de Segurança emitidos pela Polícia Federal (Lei nº 14.967/2024).
- b) Comprovação de regularidade com a legislação de segurança privada.
- c) Estrutura de supervisão 24h, com supervisores aptos a atender emergências.
- d) Sistema de comunicação operacional (rádio, telefonia, registro de ocorrências).
- e) Plano de segurança compatível com o ambiente da SFA-MS.
- f) Inexistência de antecedentes criminais de diretores e empregados, capital social mínimo exigido, vedação de administração por estrangeiros, comunicação à SSP/Estado e autorização de funcionamento atualizada perante a Polícia Federal.
- g) Responsabilidade por EPIs, por treinamentos, por substituição imediata, por manter documentação atualizada junto à PF.

4.4. Requisitos dos vigilantes.

4.4.1. Os profissionais deverão atender aos seguintes requisitos:

- a) Formação de vigilante conforme legislação vigente e aprovação em curso autorizado.
- b) Reciclagem dentro do prazo legal.
- c) Aptidão para porte de arma de fogo.
- d) Ausência de antecedentes criminais.
- e) Condições físicas e psicológicas compatíveis com a função.
- f) Uso obrigatório de uniforme completo e equipamentos de proteção.
- g) Nacionalidade brasileira.
- h) Idade mínima de 21 anos.
- i) Escolaridade mínima.
- j) Quitação eleitoral e militar.
- k) Exames psicotécnicos e de saúde física e mental.

4.5. Equipamentos e insumos obrigatórios.

4.5.1. Cada vigilante deverá dispor de:

a) Equipamentos de proteção e armamento:

- a.1) Arma de fogo de pequeno porte (vida útil 60 meses).
- a.2) Colete balístico nível II ou II-A.
- a.3) Munição compatível.
- a.4) Cinto com coldre e porta-munição.
- a.5) Tonfa, bastão e porta-tonfa.
- a.6) Lanterna elétrica.
- a.7) Rádio comunicador.
- a.8) Livro de ocorrências.
- a.9) Cofre para guarda de armamento.

b) Uniformes: Calças, camisas, sapatos, meias, gravata, cinto, crachá, tarjeta, boné e jaqueta, conforme quantidades e valores previstos na planilha de custos e formação de preços.

4.5.2. Esses itens são indispensáveis para a execução segura e eficaz do serviço.

4.6. Padrões mínimos de qualidade.

4.6.1. A contratada deverá observar:

- a) Disponibilidade integral dos postos contratados.
- b) Substituição imediata de vigilantes ausentes.
- c) Manutenção dos equipamentos em perfeito estado.
- d) Cumprimento das normas de conduta e postura profissional.
- e) Relatórios de ocorrências completos e tempestivos.
- f) Supervisão periódica e atendimento a chamados emergenciais.

4.7. Critérios e práticas de sustentabilidade.

4.7.1. A contratação deverá observar práticas sustentáveis, tais como:

- a) Priorizar uniformes e EPIs com maior durabilidade, reduzindo descarte.
- b) Priorizar a utilização de lanternas e rádios com baterias recarregáveis.
- c) Redução do uso de papel por meio de registros eletrônicos, quando possível.
- d) Destinação ambientalmente adequada de materiais danificados (coletes, baterias, munições).
- e) Incentivo à manutenção preventiva dos equipamentos para prolongar sua vida útil.
- f) Reserva de 25% do quadro administrativo para mulheres e PCDs.
- g) Proibição de discriminação na seleção de vigilantes.
- h) Observância da Resolução CONAMA 401/2008 (pilhas e baterias).

4.7.2. Essas práticas devem constar como obrigações contratuais e como especificações técnicas do objeto.

4.8. Vedações

4.8.1. É vedado exigir da contratada ou dos vigilantes atividades não relacionadas à vigilância patrimonial, tais como: recepção, portaria, limpeza, manutenção, serviços administrativos ou quaisquer outras funções estranhas à Lei nº 7.102/83 e à Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF

4.9. Resultado esperado.

4.9.1. Com esses requisitos, espera-se garantir:

- a) Segurança contínua e eficaz da sede da SFA-MS.
- b) Redução de riscos patrimoniais e pessoais.
- c) Conformidade com a legislação de segurança privada.
- d) Prestação de serviço com qualidade, regularidade e sustentabilidade.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado foi realizado com foco na identificação das alternativas viáveis para a formação do valor estimado da contratação, considerando a natureza regulada da atividade de vigilância patrimonial armada e a necessidade de observar a Convenção Coletiva de Trabalho vigente na base territorial do Mato Grosso do Sul.

5.1.1. Foram adotadas duas abordagens complementares:

a) Preenchimento da planilha de custos e formação de preços com base na CCT da categoria e na IN nº 5/2017:

a.1) A primeira etapa consistiu na elaboração da planilha de custos e formação de preços para cada posto de vigilância (diurno e noturno), utilizando exclusivamente os parâmetros definidos na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 – MS000119/2025, aplicável ao Estado de Mato Grosso do Sul.

a.2) Esse método permitiu identificar:

- *salário-base da categoria;*
- *adicionais legais (periculosidade, adicional noturno, hora noturna reduzida);*
- *encargos sociais e trabalhistas;*
- *benefícios obrigatórios (vale-transporte, vale-alimentação, seguro, assistência familiar);*
- *provisões de férias, 13º salário e rescisão;*
- *custos de reposição de ausências;*
- *insumos de mão de obra (uniformes e equipamentos);*
- *CITL (custos indiretos, tributos e lucro).*

a.3) A planilha resultante representa o custo mínimo necessário para a manutenção de cada posto, garantindo aderência à legislação trabalhista e às normas da Polícia Federal.

b) Consulta a contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades

b.1) A segunda etapa consistiu na análise de contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente no que se refere aos equipamentos, uniformes e insumos operacionais utilizados em serviços de vigilância armada.

b.2) Essa análise permitiu:

- *validar os itens previstos na planilha (armamento, colete balístico, rádio comunicador, lanterna, tonfa, coldre, livro de ocorrências etc.);*
- *confirmar a vida útil média dos equipamentos;*
- *verificar padrões de qualidade e quantidades usualmente exigidas;*
- *assegurar que os insumos previstos estão alinhados às práticas de mercado e às exigências normativas da Polícia Federal.*

b.3) A comparação com contratações similares reforçou a adequação dos itens previstos e contribuiu para a definição de especificações técnicas compatíveis com a realidade operacional da SFA-MS.

5.2. Conclusão do levantamento: a combinação dos dois métodos, planilha de custos baseada na CCT e análise de contratações similares, permitiu identificar alternativas consistentes e tecnicamente adequadas, resultando em um valor estimado realista e compatível com o mercado regulado de vigilância armada.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em serviços de vigilância patrimonial armada, para atuação contínua na sede da Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso do Sul (SFA-MS), em regime de 12x36 horas, com postos diurnos e noturnos, conforme dimensionamento definido no Documento de Formalização da Demanda.

6.2. A solução contempla a disponibilização de vigilantes armados, devidamente habilitados e certificados, além do fornecimento de todos os equipamentos, uniformes, insumos operacionais e meios de comunicação necessários à execução do serviço, em conformidade com a Lei nº 14.967/2024 e com a Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF, que regulamentam a segurança privada no país.

6.3. A solução envolve:

a) Prestação de serviço especializado:

- a.1) Vigilância patrimonial armada, com controle de acesso, rondas internas e externas, prevenção de incidentes e registro de ocorrências.
- a.2) Atuação exclusiva dentro dos limites da sede da SFA-MS, que possui mais de 7.000 m² de área construída e externa.

b) Disponibilização de profissionais qualificados:

- b.1) Vigilantes com formação e reciclagem válidas.
- b.2) Aptidão para porte de arma de fogo.
- b.3) Ausência de antecedentes criminais.
- b.4) Condições físicas e psicológicas compatíveis com a função.

c) Fornecimento de equipamentos e insumos que inclui, entre outros:

- c.1) arma de fogo de pequeno porte;
- c.2) colete balístico;
- c.3) rádio comunicador;
- c.4) lanterna;
- c.5) tonfa, bastão e coldre;
- c.6) livro de ocorrências;
- c.7) cofres para guarda de armamento;
- c.8) uniformes completos.

d) Supervisão e apoio operacional:

- d.1) Supervisão por parte da contratada;
- d.2) Substituição imediata de vigilantes ausentes;
- d.3) Manutenção e reposição de equipamentos.

e) A contratada será responsável por:

- e.1) manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos fornecidos;
- e.2) substituição de itens danificados ou vencidos (ex.: coletes balísticos, baterias, rádios);
- e.3) garantia de funcionamento contínuo dos meios de comunicação;
- e.4) reposição de uniformes conforme desgaste natural.

6.4. A escolha pela contratação de vigilância armada decorre de fatores técnicos essenciais:

6.4.1. A SFA-MS não possui quadro próprio de vigilantes nem estrutura para executar atividade armada, que é regulamentada e fiscalizada pela Polícia Federal.

6.4.2. O imóvel possui grande extensão, circulação diária de servidores e usuários e áreas externas que exigem rondas constantes e pronta resposta.

6.4.3. A atividade envolve riscos que demandam profissionais treinados, armamento regularizado e supervisão especializada.

6.4.4. A legislação vigente exige que a atividade seja executada por empresa autorizada pela PF, o que inviabiliza soluções internas.

6.5. Assim, a solução técnica mais adequada é a contratação de empresa especializada, com estrutura operacional e certificações exigidas pela legislação.

6.6. A solução escolhida é economicamente adequada porque:

6.6.1. A formação do valor estimado foi baseada na CCT 2025/2026, garantindo aderência aos custos reais da categoria.

6.6.2. A planilha de custos detalha todos os componentes obrigatórios (salários, encargos, benefícios, insumos, CITL), evitando sobrepreço.

6.6.3. A análise de contratações similares confirmou que os equipamentos e uniformes previstos estão alinhados ao padrão de mercado.

6.6.4. A terceirização elimina custos de: aquisição de armamento e munição pelo órgão; manutenção e guarda de armas; treinamento e reciclagem de vigilantes; encargos trabalhistas diretos; gestão operacional da atividade.

6.7. Além disso, a contratação garante continuidade do serviço, evitando riscos patrimoniais e operacionais que poderiam gerar prejuízos muito superiores ao custo da contratação.

6.8. A solução proposta, contratação de empresa especializada em vigilância patrimonial armada, é a única capaz de atender plenamente às necessidades da SFA-MS, garantindo segurança, conformidade legal, eficiência operacional e economicidade. Ela representa a alternativa tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa para assegurar a proteção do patrimônio público e a integridade de servidores e usuários.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A definição das quantidades necessárias para a contratação dos serviços de vigilância patrimonial armada foi realizada com base em fatos concretos, considerando a estrutura física da SFA-MS, o histórico de utilização do serviço, o contrato vigente e as condições operacionais específicas da unidade, especialmente no período noturno.

7.2. Base factual utilizada:

a) Estrutura física da SFA-MS:

a.1) Conforme o Documento de Formalização da Demanda, a sede possui: mais de 7.000 m² de área; dois prédios administrativos; área verde interna e estacionamento.

a.2) Essa configuração exige vigilância contínua durante o dia e vigilância reduzida à noite, quando o fluxo de pessoas é inexistente e as instalações permanecem trancadas.

b) Histórico de utilização do serviço:

b.1) A SFA-MS já utiliza vigilância armada há vários anos, com posto diurno e noturno.

b.2) Entretanto, a experiência operacional demonstra que: durante o período noturno, não há circulação de servidores ou usuários; todos os prédios e acessos permanecem trancados; a vigilância noturna se limita à proteção perimetral e monitoramento externo.

b.3) Assim, o histórico de uso e a realidade operacional indicam que 1 posto noturno é suficiente para atender às necessidades da unidade.

b.4) Condições operacionais noturnas: 1 posto noturno é tecnicamente justificável porque não há atendimento ao público e movimentação interna, o risco operacional é menor; a vigilância se concentra na área externa e no controle de eventuais acessos indevidos.

b.5) Essa condição reduz a necessidade de vigilantes no período noturno sem comprometer a segurança.

b.6) O contrato atual possui apenas 1 posto diurno, o que deixa a portaria principal desguarnecida e expõe a unidade a riscos operacionais, tornando necessária a ampliação para 2 postos diurnos na nova contratação.

c) Continuidade do serviço

c.1) O contrato atual, improrrogável, encerra-se em 04/07/2026, e a continuidade do serviço é essencial para evitar riscos patrimoniais e operacionais.

7.3. Com base nos elementos acima, a estimativa de postos é a seguinte:

7.3.1. Postos diurnos (12x36): 2 postos operados por 4 vigilantes (devido à escala 12x36)

7.3.2. Posto noturno (12x36): 1 posto operado por 2 vigilantes (devido à escala 12x36)

7.3.3. Resumo: Total de postos: 3 (três) e Total de vigilantes: 6 (seis).

Período	Postos	Vigilantes por Posto	Total
Diurno	2	2	4
Noturno	1	2	2
Total	3	2	6

7.4. A majoração para 2 postos diurnos e a adoção de apenas 1 posto noturno são justificadas pelos seguintes fatores:

- a) A estrutura física permanece inalterada.
- b) O fluxo de pessoas ocorre apenas no período diurno.
- c) À noite, os prédios e acessos ficam trancados, reduzindo a necessidade de vigilância interna.
- d) O histórico operacional demonstra que 1 vigilante noturno é suficiente para a proteção perimetral.
- e) Não há previsão de expansão de atividades que demande aumento de postos.

7.5. Assim, a estimativa é compatível com o consumo histórico, com a real necessidade da unidade e com a provável utilização futura.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 608.446,92

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na planilha de custos e formação de preços construída a partir da Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 – MS000119/2025, aplicável à base territorial do Mato Grosso do Sul, e complementada pela análise de contratações similares de outros órgãos públicos para validação dos insumos (uniformes, equipamentos e vida útil).

8.2. A planilha contempla todos os módulos exigidos pela legislação, incluindo remuneração, encargos sociais, benefícios, provisões, reposição de ausências, insumos operacionais e CITL (custos indiretos, tributos e lucro). Os cálculos foram realizados por posto e por trabalhador, considerando a escala 12x36.

8.3. Preços unitários referenciais:

8.3.1. Com base na planilha apresentada, os valores unitários são:

- a) Posto diurno (12x36):
 - a.1) Valor por empregado: R\$ 8.206,94
 - a.2) Valor por posto (2 empregados): R\$ 16.413,88
- b) Posto noturno (12x36):
 - b.1) Valor por empregado: R\$ 8.938,08
 - b.2) Valor por posto (2 empregados): R\$ 17.876,16

8.3.2. Esses valores incluem todos os custos diretos e indiretos, conforme detalhado nos módulos da planilha.

8.4. Quantitativos considerados

8.4.1. Conforme a estimativa de quantidades:

- a) 2 postos diurnos;
- b) 1 posto noturno.

8.5. Cálculo do valor mensal estimado:

- a) Postos diurnos (2 unidades): $2 \times \text{R\$ } 16.413,88 = \text{R\$ } 32.827,75$
- b) Posto noturno (1 unidade): $1 \times \text{R\$ } 17.876,16 = \text{R\$ } 17.876,16$
- c) Total mensal estimado: $\text{R\$ } 32.827,75 + \text{R\$ } 17.876,16 = \text{R\$ } 50.703,91$

8.6. Cálculo do valor anual estimado: $12 \times \text{R\$ } 50.703,91 = \text{R\$ } 608.446,92$

8.7. Memória de cálculo e documentos de suporte

a) A memória de cálculo está integralmente registrada na planilha de custos e formação de preços, que contém:

- Módulo 1 – Remuneração
- Módulo 2 – Encargos e benefícios
- Módulo 3 – Provisões rescisórias
- Módulo 4 – Reposição de ausências
- Módulo 5 – Insumos (uniformes e equipamentos)
- Módulo 6 – CITL (custos indiretos, tributos e lucro)
- Consolidação por empregado e por posto
- Total mensal e anual

8.8. A planilha constitui documento de suporte da estimativa e poderá ser anexada ao processo em arquivo próprio. A Administração não adotará sigilo sobre o orçamento estimado, mantendo-o acessível no processo, conforme entendimento vigente.

8.9. O valor estimado da contratação é de R\$ 608.446,92 por ano e esse valor reflete:

- a) custos reais da categoria profissional;
- b) insumos obrigatórios previstos na legislação da Polícia Federal;
- c) práticas de mercado verificadas em contratações similares;
- d) composição completa de encargos, benefícios e CITL;
- e) dimensionamento adequado dos postos.

8.10. A estimativa é tecnicamente fundamentada, economicamente consistente e atende integralmente ao art. 7º, VI, da IN 40/2020 e na IN 5/2017.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A Lei nº 14.133/2021 estabelece, como diretriz geral, que a Administração deve promover o parcelamento do objeto sempre que técnica e economicamente viável, de modo a ampliar a competitividade e buscar a proposta mais vantajosa. Essa diretriz está alinhada à Súmula 247 do TCU, segundo a qual o parcelamento deve ser adotado sempre que não houver prejuízo à economia de escala ou à eficiência da contratação.

9.2. No caso da contratação de serviços de vigilância patrimonial armada, o parcelamento não é viável, por razões técnicas, operacionais e econômicas, conforme demonstrado a seguir.

9.3. Impossibilidade técnica de parcelamento

9.3.1. A atividade de vigilância armada é regulada pela Lei nº 14.967/2024 e pela Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF, que exigem:

- a) Autorização de Funcionamento e Certificado de Segurança emitidos pela Polícia Federal;
- b) estrutura operacional integrada, com supervisão contínua, controle de armamento, munição, coletes, rádio comunicação e logística de apoio;
- c) responsabilidade técnica única perante a Polícia Federal;
- d) coordenação centralizada das escalas, substituições e atendimento emergencial.

9.3.2. Diante dessas exigências, não é tecnicamente possível dividir o objeto entre diferentes empresas, pois isso comprometeria: a padronização dos procedimentos de segurança; a supervisão operacional; o controle e guarda de armamento; a rastreabilidade das ocorrências; a continuidade e integridade do serviço.

9.3.3. A fragmentação do objeto criaria riscos operacionais incompatíveis com a natureza da atividade.

9.4. Impossibilidade econômica de parcelamento.

9.4.1. O parcelamento também não é economicamente vantajoso, pois: geraria duplicidade de estruturas administrativas e de supervisão; aumentaria custos de logística, controle e fiscalização; reduziria a economia de escala na aquisição e manutenção de equipamentos (armas, coletes, rádios, uniformes); poderia gerar conflitos operacionais entre empresas distintas, diminuindo a eficiência do serviço.

9.4.2. A Súmula 247 do TCU reforça que o parcelamento não deve ser adotado quando resultar em perda de economia de escala, o que se aplica integralmente ao presente caso.

9.5. Aplicação da Lei nº 14.133/2021.

9.5.1. A Lei nº 14.133/2021 determina que o parcelamento deve ser adotado quando viável, mas também estabelece que a Administração deve observar: vantajosidade econômica, eficiência, segurança operacional, gestão de riscos.

9.5.2. No caso da vigilância armada, o parcelamento: não aumenta a competitividade, pois o mercado é regulado e composto por empresas com autorização da PF; não reduz custos, pois gera perda de escala; não melhora a eficiência, pois fragmenta a responsabilidade técnica; aumenta riscos, especialmente no controle de armamento e supervisão.

9.5.3. Assim, a contratação deve ocorrer em lote único, abrangendo todos os postos diurnos e noturnos.

9.6. Conclusão do não parcelamento.

9.6.1. Diante das características do serviço, das exigências legais e da necessidade de coordenação operacional unificada, não é possível adotar o parcelamento do objeto. A contratação em lote único:

- a) garante eficiência operacional;
- b) preserva a economia de escala;
- c) assegura padronização dos procedimentos de segurança;
- d) mantém responsabilidade técnica única perante a Polícia Federal;
- e) reduz riscos operacionais;
- f) atende à Lei nº 14.133/2021, à Súmula 247 do TCU e ao art. 7º, VII, da IN 40/2020.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A contratação pretendida possui relação direta com o serviço atualmente executado na SFA-MS, objeto do Processo nº 21026.000060/202147, que resultou no contrato vigente de vigilância patrimonial armada. Esse contrato contempla 1 posto diurno e 1 posto noturno, modelo que vem sendo utilizado nos últimos anos.

10.2. Entretanto, a experiência operacional demonstrou que o quantitativo atual não é suficiente para atender integralmente às necessidades da unidade, especialmente no período diurno. A portaria principal permanece desguarnecida, o que compromete o controle de acesso e a segurança institucional. Por essa razão, a nova contratação prevê a ampliação para 2 postos diurnos, garantindo vigilância simultânea na portaria e no prédio principal.

10.3. No período noturno, permanece adequada a manutenção de 1 posto, considerando que os prédios e a entrada principal permanecem trancados, não havendo circulação de servidores ou usuários.

10.4. Além do contrato vigente, não existem outras contratações em curso ou planejadas que guardem afinidade ou interdependência com o objeto, seja em termos de escopo, execução, insumos ou compartilhamento de recursos. Também não há previsão de contratações futuras que possam impactar o dimensionamento dos postos ou a necessidade de vigilância armada.

10.5. Assim, a contratação atual é autônoma, fundamentada na necessidade de continuidade do serviço e na adequação do quantitativo de postos às condições reais de funcionamento da SFA-MS.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação dos serviços de vigilância patrimonial armada está integralmente alinhada ao planejamento institucional da SFA-MS, constando expressamente no Plano Anual de Contratações (PAC) do exercício de 2026, conforme registro realizado pela unidade demandante no módulo PAC do PNCP.

11.2. A previsão no PAC demonstra que a necessidade foi identificada previamente, analisada e validada no ciclo de planejamento anual, atendendo às diretrizes de: planejamento antecipado das contratações, gestão eficiente dos recursos públicos, prevenção de contratações emergenciais, alinhamento às prioridades institucionais, continuidade das atividades administrativas e finalísticas.

11.3. Além disso, a contratação está diretamente relacionada às ações de gestão administrativa, segurança institucional e proteção do patrimônio público, previstas no planejamento estratégico da SFA-MS e essenciais para o funcionamento regular da unidade.

11.4. A inclusão no PAC reforça que a contratação: é necessária, é oportuna, está formalmente planejada, possui previsão orçamentária e integra o conjunto de contratações estratégicas da Superintendência.

11.5. Assim, a contratação atende plenamente ao disposto no art. 7º, VIII, da IN 40/2020, demonstrando coerência entre a demanda apresentada, o planejamento anual e as necessidades institucionais da SFA-MS.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação dos serviços de vigilância patrimonial armada proporcionará uma série de ganhos diretos e indiretos à SFA-MS, tanto em termos de efetividade da segurança institucional, quanto de eficiência administrativa, economicidade, sustentabilidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais.

12.2. Ganhos diretos:

12.2.1. Aumento da segurança institucional: A ampliação para 2 postos diurnos permitirá a cobertura da portaria principal, atualmente desguarnecida, fortalecendo o controle de acesso e reduzindo riscos de entrada indevida, furtos, danos ao patrimônio e ameaças à integridade física de servidores e usuários.

12.2.2. Continuidade operacional: A manutenção de 1 posto noturno garante vigilância perimetral adequada, considerando que os prédios permanecem trancados, assegurando proteção contínua sem desperdício de recursos.

12.2.3. Conformidade legal: A contratação garante o cumprimento das normas da Polícia Federal e da legislação de segurança privada, evitando riscos jurídicos e administrativos.

12.2.4. Profissionais qualificados: A empresa contratada fornecerá vigilantes treinados, armados e supervisionados, assegurando resposta rápida e adequada a incidentes.

12.3. Ganhos indiretos:

12.3.1. Redução de riscos e passivos: A presença de vigilância armada reduz a probabilidade de danos ao patrimônio público, incidentes com servidores e usuários, interrupções de atividades, responsabilização administrativa por falhas de segurança.

12.3.2. Melhoria do ambiente de trabalho pois ambientes seguros aumentam a sensação de proteção dos servidores e a confiança do público atendido.

12.3.3. Eficiência administrativa pois a terceirização elimina a necessidade de aquisição e manutenção de armas e munições, treinamento e reciclagem de vigilantes, gestão de escalas, faltas e substituições e controle de equipamentos de segurança. Isso libera a equipe interna para atividades finalísticas da SFA-MS.

12.4. Ganhos de economicidade:

12.4.1. A contratação em lote único e a manutenção de apenas 1 posto noturno: evitam duplicidade de estruturas, preservam economia de escala, reduzem custos com supervisão e logística, evitam desperdício de recursos em horários de baixa demanda.

12.4.2. A estimativa de custos foi elaborada com base na CCT 2025/2026, garantindo aderência ao custo real da categoria e evitando sobrepreço.

12.5. Ganhos de eficiência:

12.5.1. A ampliação do posto diurno melhora o fluxo de entrada e saída de pessoas.

12.5.2. A supervisão 24h da empresa contratada aumenta a capacidade de resposta.

12.5.3. A padronização dos procedimentos de segurança melhora a qualidade do serviço.

12.5.4. A manutenção e reposição de equipamentos pela contratada assegura continuidade operacional.

12.6. Ganhos de sustentabilidade:

12.6.1. A contratação incorpora práticas sustentáveis, como: uso de lanternas e rádios com baterias recarregáveis, prolongamento da vida útil de uniformes e EPIs, descarte ambientalmente adequado de materiais danificados, redução do uso de papel por meio de registros eletrônicos.

12.6.2. Essas medidas contribuem para o desenvolvimento nacional sustentável.

12.7. Conclusão:

12.7.1. A contratação portanto proporciona ganhos significativos em: efetividade da segurança, eficiência administrativa, economia de recursos, sustentabilidade, redução de riscos e melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Antes da celebração do contrato, a Administração deverá adotar um conjunto de providências administrativas, técnicas e organizacionais para assegurar que a execução contratual ocorra de forma eficiente, segura e alinhada às normas vigentes. Essas medidas envolvem tanto a preparação interna da SFA-MS quanto a capacitação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato.

13.2. A Administração deverá designar formalmente o gestor e os fiscais técnico e administrativo do contrato, conforme a Lei nº 14.133/2021.

13.3. A Administração deverá capacitar os servidores designados, especialmente quanto: às regras de fiscalização de contratos de serviços contínuos; às especificidades da atividade de vigilância armada; ao uso e conferência da planilha de custos e formação de preços; ao acompanhamento de escalas, substituições e ocorrências; às obrigações da contratada perante a Polícia Federal. Essa capacitação é essencial para garantir fiscalização adequada, mitigação de riscos e conformidade com as normas de segurança privada.

13.4. A Administração deverá ainda confirmar a disponibilidade orçamentária, conforme previsão no PAC 2026.

13.5. Antes do início da execução contratual, a SFA-MS deverá verificar e adequar os espaços destinados aos vigilantes, incluindo a portaria principal (posto interno do prédio administrativo), a iluminação adequada, pontos de energia para rádios e lanternas recarregáveis, local seguro para guarda temporária de equipamentos, revisar os fluxos de acesso de servidores, visitantes e veículos, garantindo que o novo posto diurno na portaria principal esteja integrado ao controle de entrada e saída.

13.6. A SFA-MS deverá comunicar previamente: às unidades internas sobre o novo arranjo de postos; aos servidores sobre eventuais mudanças no fluxo de entrada e saída; à equipe de portaria sobre procedimentos de controle de acesso. Essa comunicação é essencial para garantir transição entre o contrato atual e o novo.

13.7. As providências acima asseguram que a Administração esteja plenamente preparada para a celebração e execução do contrato, garantindo: fiscalização eficiente; ambiente adequado para os vigilantes; conformidade legal; mitigação de riscos; continuidade do serviço sem interrupções.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação de serviços de vigilância patrimonial armada, embora seja predominantemente de natureza operacional, envolve o uso de equipamentos, uniformes, insumos e deslocamentos que podem gerar impactos ambientais diretos e indiretos. A seguir, são identificados os principais riscos ambientais associados ao objeto e as respectivas medidas de mitigação que deverão ser observadas pela contratada e pela Administração.

14.1.1. Possíveis impactos ambientais:

- a) Geração de resíduos sólidos: o serviço envolve o uso e descarte periódico de uniformes e EPIs desgastados, baterias de lanternas e rádios comunicadores, embalagens de insumos, coletes balísticos com vida útil expirada, munições e estojos deflagrados (em especial, quando houver treinamento externo). Esses materiais, se descartados inadequadamente, podem gerar impactos ambientais significativos.
- b) Consumo de energia elétrica: o uso contínuo de rádios comunicadores, lanternas recarregáveis, equipamentos de apoio o que pode aumentar o consumo energético da unidade.
- c) Riscos associados ao armamento: armas de fogo e munições, quando não geridas adequadamente, podem gerar: resíduos perigosos (resíduos de munição); riscos de contaminação por metais pesados (chumbo, cobre).

14.1.2. Medidas mitigadoras e de tratamento:

- a) Gestão adequada de resíduos. A contratada deverá: realizar descarte ambientalmente adequado de uniformes, EPIs e coletes balísticos (resíduo classe I); utilizar baterias recarregáveis, reduzindo resíduos; encaminhar baterias inutilizadas para pontos de coleta autorizados; garantir que munições e estojos sejam descartados conforme normas da Polícia Federal e do Exército.
 - a.1) A contratada deverá comprovar a destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante a execução do contrato, especialmente coletes balísticos vencidos, baterias, uniformes inutilizados, componentes eletrônicos e demais materiais classificados como resíduos perigosos ou de logística reversa obrigatória. A comprovação deverá ser realizada por meio de certificados, notas de recebimento, manifestos de transporte ou documentos equivalentes emitidos por empresa ou entidade licenciada pelo órgão ambiental competente.
- b) Adoção de equipamentos sustentáveis. A contratada deverá priorizar: lanternas e rádios com baterias recarregáveis; uniformes e EPIs com maior durabilidade, reduzindo a necessidade de reposição; equipamentos com menor consumo energético.
- c) Redução do uso de papel. Sempre que possível, deverá ser adotado: registro eletrônico de ocorrências; comunicação digital entre vigilantes e supervisores; minimização de impressões e documentos físicos.
- d) Conformidade com normas ambientais e de segurança. A contratada deverá cumprir a legislação ambiental aplicável, normas da Polícia Federal sobre armamento e munição, boas práticas de armazenamento e manutenção de equipamentos.

14.2. Os impactos ambientais associados ao serviço são controláveis e de baixa magnitude, desde que adotadas as medidas mitigadoras previstas. A contratação contribui para o desenvolvimento sustentável, ao exigir: uso racional de recursos; descarte adequado de resíduos; redução de impactos indiretos; práticas operacionais ambientalmente responsáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Com base nos elementos levantados durante os Estudos Técnicos Preliminares — incluindo a análise da necessidade institucional, o levantamento de mercado, a estimativa de quantidades, a avaliação de soluções possíveis, a análise de riscos, a verificação de contratações relacionadas e o alinhamento com o Plano Anual de Contratações — conclui-se que a contratação é viável, necessária e razoável.

15.2. A viabilidade técnica está demonstrada pela:

- 15.2.1. necessidade de vigilância patrimonial armada para garantir a segurança de servidores, usuários e do patrimônio público;
- 15.2.2. ampliação justificada para 2 postos diurnos, suprimindo a lacuna existente na portaria principal, hoje desguarnecida;
- 15.2.3. manutenção de 1 posto noturno, adequada ao cenário em que os prédios permanecem trancados;
- 15.2.4. obrigatoriedade legal de execução do serviço por empresa especializada, autorizada e fiscalizada pela Polícia Federal;
- 15.2.5. inexistência de alternativas internas ou menos onerosas que atendam às exigências legais e operacionais.

15.3. A viabilidade econômica está demonstrada pela:

- 15.3.1. elaboração da planilha de custos com base na CCT 2025/2026, garantindo aderência aos custos reais da categoria;
- 15.3.2. manutenção da economia de escala com contratação em lote único;
- 15.3.3. inexistência de sobrepreço ou custos incompatíveis com o mercado;
- 15.3.4. racionalização dos recursos públicos ao ajustar o quantitativo de postos à necessidade real da unidade.

15.4. A razoabilidade da contratação decorre de:

- 15.4.1. alinhamento ao Plano Anual de Contratações (PAC 2026);
- 15.4.2. continuidade de serviço essencial, evitando riscos operacionais e administrativos;
- 15.4.3. ganhos diretos e indiretos em segurança, eficiência, economicidade e sustentabilidade;
- 15.4.4. mitigação de riscos institucionais e ambientais;
- 15.4.5. adequação da solução ao porte, estrutura e funcionamento da SFA-MS.

15.5. Diante de todos esses elementos, declara-se que a contratação é viável, razoável e necessária, atendendo plenamente ao interesse público e às diretrizes legais aplicáveis.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO BATELLI DE OLIVEIRA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 03/05/2026 às 08:42:54.

ARINO BRITEZ

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 12:17:58.

MAURO SHIGUERU KOUMEGAWA

Chefe da Divisão de Aquisições e Logística



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 12:16:07.